

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADO E INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ações)			
ATIVO	Nota	Controladora	Consolidado	Demonstração do resultado do exercício	Nota	Controladora	Consolidado
	2012	2011	2012		2012	2011	2012
<b>Circulante</b>			<b>(Reclassificado)</b>				<b>(Reclassificado)</b>
Caixa e equivalente de caixa	4	8	30	4.172	13.603	17.483	15.742
Contas a receber de clientes	6	-	-	294.531	17.483	1.395	21.920
Estoques	7	-	-	15.742	1.395	21.920	4.620
Tributos a recuperar	8	930	771	18.589	21.920	4.620	911
Dividendos a receber	14	14.613	771	34.383	4.620	911	1.778
Adiantamentos a fornecedores	122	237	237	4.273	911	1.778	-
Total do ativo circulante		15.673	1.778	371.690	59.932	2.132	1.518
<b>Não circulante</b>							
Aplicações financeiras	5	2.259	2.132	2.259	2.132	2.259	2.132
Tributos a recuperar	-	-	-	8.966	7.675	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	1.518	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	5.922	12.224	-	-
Créditos a receber - Partes relacionadas	9	1.080	3.421	5.922	12.224	-	-
Investimentos	10	177.841	128.961	82.224	81.417	-	-
Imobilizado	11	403	333	200.464	213.959	-	-
Intangível	12	-	-	7.686	7.686	-	-
Diferido	13	-	-	15.909	18.240	-	-
Total do ativo não circulante		181.583	134.874	325.935	344.851	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>197.256</b>	<b>136.625</b>	<b>697.625</b>	<b>404.783</b>		

PASSIVO	Nota	Controladora	Consolidado	Demonstração do resultado do exercício	Nota	Controladora	Consolidado
	2012	2011	2012		2012	2011	2012
<b>Circulante</b>			<b>(Reclassificado)</b>				<b>(Reclassificado)</b>
Fornecedores	14	22	18	249.178	15.283	-	-
Empréstimos	15	-	-	19.959	28.894	-	-
Debêntures	16	-	-	14.889	18.492	-	-
Impostos e contribuições a recolher	17	198	144	22.788	14.149	-	-
Dividendos a pagar	-	9.703	961	32.829	961	-	-
Contas a pagar	-	-	-	1.973	1.973	-	-
Adiantamentos	167	305	8.600	2.849	8.600	-	-
Total do passivo circulante		10.090	1.428	348.243	82.601	-	-
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos	15	-	-	640	640	-	-
Debêntures	16	-	-	150.923	160.789	-	-
Impostos e contribuições a recolher	17	-	-	3.947	5.082	-	-
Provisão para riscos cíveis	18	-	-	7.544	12.861	-	-
Partes relacionadas	9	9.905	3.646	3.783	3.783	-	-
Total do passivo não circulante		9.905	3.646	162.414	183.155	-	-
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		90.000	90.000	90.000	90.000	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.457	6.457	6.457	6.457	-	-
Reserva de capital		23.670	23.670	23.670	23.670	-	-
Reserva de lucro		57.134	11.424	57.134	11.424	-	-
Participação dos controladores		177.261	131.551	177.261	131.551	-	-
Participação dos não controladores		-	-	9.707	7.476	-	-
Total do Patrimônio líquido		177.261	131.551	186.968	139.027	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>197.256</b>	<b>136.625</b>	<b>697.625</b>	<b>404.783</b>		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)				
Capital social	Reserva de capital		Lucros acumulados	Totais
	legal	lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	47.355	27.414	-	82.654
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.035
Reserva de reestruturação societária	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-
Aumento de capital com incorporação de reservas	42.645	(20.757)	-	21.888
Reserva de retenção de lucros	90.000	6.457	-	96.457
Saldo em 31 de dezembro de 2011	90.000	6.457	-	96.457
Lucro do exercício	-	-	781	781
Constituição de reserva legal	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	2.997	(2.997)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	90.000	6.457	3.758	99.215

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em Milhares de Reais)

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.** Sociedade Holding familiar com investimentos atuantes no setor de geração de energia térmica, através da empresa Holding Operacional do setor de energia Elétrica do Brasil S.A. - EBRASIL, conforme o objetivo social: (a) a participação em outras sociedades como quotacionária; (b) a gestão de empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, especialmente relacionados com a produção de energia elétrica por quaisquer fontes; (c) a administração e locação de bens móveis e imóveis próprios e (d) a assessoria administrativa na logística de empreendimentos de quaisquer naturezas. A Sociedade possuía em 31 de dezembro de 2012 participação direta no capital social das seguintes empresas controladas: "100% na Eleticidade do Brasil S.A. - EBRASIL, com 70% na Thomas e Cantarelli Negócios e Tecnologia Ltda.; "100% na Suape Mineração Ltda.; "95% na Vigus Engenharia e Participações S.A. - EPESA, com 27,8% em 31 de agosto de 2011, os acionistas da Sociedade aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária uma reorganização societária para centralizar os investimentos do setor de energia elétrica da DC Energia para o controle da EBRASIL, Holding operacional criada com objetivo de melhor gerir esses investimentos. O laudo de avaliação do valor nominal das ações e quotas de capital das empresas controladas e coligadas transferidas da DC Energias para o controle da EBRASIL, emitido por empresa especializada e devidamente aprovado nesta AGE, apresenta a seguinte tabela de ações e quotas contábeis na EBRASIL, dos investimentos nas empresas controladas e coligadas, conforme demonstrado abaixo:

Empresa	Percentual de Participação no Capital Social	Número de ações ou quotas possuídas	Valor do investimento correspondente a ações ou quotas possuídas
TERMOCABO	24%	51.120	51
EPASA	41,425%	20.025	20
EPESA	95%	29.744	29.744
EBE	99,99%	99.990	100

Valor da subscrição de ações efetuada pela DC Energia e Participações S.A. foi de 39.590,92 e uma vez subscritas as ações ou quotas, a Sociedade procedeu ao registro dos investimentos destas coligadas e controladas em sua base nos balanços contábeis (não auditados) elaborados naquela data, conforme demonstrativo abaixo:

Patrimônio líquido em 31 de agosto de 2011	Valor do investimento
Termocabo	42.854
EPASA	151.709
EPESA	44.111
EBE	4.879
Total	243.953

A Sociedade também registrou, nesta mesma data, a transferência para a EBRASIL de obrigações líquidas relacionadas às ações ou quotas destas coligadas e controladas, totalizando R\$ 12.502, conforme abaixo:

Adiantamento para ex-acionista da EPESA (a)	Valor
(15.000)	7.463
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital EPASA	(4.965)
Outras obrigações	(4.075)

(a) Contas a pagar para ex-acionista da EPESA no valor de R\$ 15.000 mil originalmente, e que em 30/09/2011, essa dívida com o ex-acionista Aruana foi quitada integralmente pela EBRASIL, que assumiu a dívida em decorrência da reestruturação societária. Os recursos utilizados para liquidação dessa dívida foram IPTAUBSA, ENORTE e emissão de debêntures pela EBRASIL, que foram subscritas integralmente pelo CAPTUBSA. **ENORTE - Renovação contratual.** Em 08 de novembro de 2012, foi assinado o despacho contínuo do ONS desde 07 de outubro de 2012, com instalação e comissionamento final, terminando em 16 de dezembro de 2013. Contudo, a administração da Sociedade espera que o contrato seja prorrogado mais uma vez, até 14 de julho de 2014, diante da necessidade do Governo Federal garantir o fornecimento de energia elétrica durante o grande evento que é a Copa do Mundo FIFA 2014 e que tem Manaus/AM como uma das sedes. **EPESA - Reoperação contratual.** Após reunião ocorrida na sede da ANEEL no dia 27 de março de 2012, a EPESA protocolou em 16 de abril de 2012 um pedido para regularizar a potência instalada das usinas. Com o resultado dos testes realizados em setembro de 2011 e fevereiro de 2012 a EPESA solicitou ajustes nas fichas técnicas dos grupos geradores aumentando de 450 kW cada para 480 kW cada, considerando que as usinas não tenham instalados 37 unidades geradoras das 49 unidades reservas. Se a ANEEL julgar procedente o pleito da EPESA, a capacidade total das 538 unidades geradoras já instaladas será de 258,2 MW, ficando com 21,5 MW de reserva. Além do mais, a Sociedade adquiriu em fevereiro último 74 unidades de grupos geradores para obter maior confiabilidade de desempenho na produção de energia, considerando o despacho contínuo do ONS desde 07 de outubro de 2012, com instalação e comissionamento já realizado. **EPESA - Testes de comprovação de potência.** Embora as usinas da EPESA tenham comprovado as suas disponibilidades entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro de 2011, a ANEEL solicitou teste de comprovação da potência para o dia 1º de fevereiro de 2012. As usinas teriam que despachar simultaneamente na potência de 142,65 MW e 94,05 MW, respectivamente, por 4 horas ininterruptas. A usina Termocabo atingiu 100% da potência exigida a Pau d'Arco I atingiu 77% e no dia 3 de fevereiro a Sociedade solicitou novos testes em 10 de fevereiro de 2012, com potência. Esta geração consta do informativo público da ONS daquela mesma data. Qualquer impacto financeiro desta pequena parcela de indisponibilidade entre o dia 1 e 3 de fevereiro é inalterado no contexto dos resultados contábeis e fluxo de caixa da EPESA. **EPESA - Aquisição de motores reservas.** Em 28 de fevereiro de 2012 o debenturista notificou a EPESA quanto à necessidade de aquisição pela sociedade dos 37 grupos geradores reservas, cujo investimento total estimado é R\$ 6.500. A EPESA realizou reuniões com os debenturistas e agente fiduciário no mês de março e solicitou formalmente no dia 9 de abril de 2012 a dispensa dessa compra, tendo em vista o pleito de reoperação contratual dos grupos geradores em processo de análise na ANEEL. Em fevereiro último, a Sociedade adquiriu 74 unidades de grupos geradores, que veio a atender às solicitações do debenturista, inclusive com excedente de 37 unidades para obter maior confiabilidade na geração de energia.

**NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO. a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09. A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do período é igual ao resultado abrangente total. **b. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico das transações. **c. Moeda funcional da entidade.** Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento.** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e julgamentos são revisados de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis realizadas no período em que as estimativas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 19 - tratamento do adiantamento para futuro aumento de capital. **NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS. a. Base consolidada.** Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são coligadas às aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em controladas em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estritamente controlado ou influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhias controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou efetuelo pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixa de ser consolidada, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. Na elaboração das informações contábeis individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Sociedade. A Sociedade usa o método de mensuração da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorpóros e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. A consolidação é feita com base no custo histórico das transações. **b. Moeda funcional da entidade.** As demonstrações financeiras das controladas e entidades controladas em conjunto são consolidadas com as demonstrações financeiras da Sociedade. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício. **Transações eliminadas na consolidação.** Saldos e transações estabelecidas contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas são eliminadas na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com sociedade investida, registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Sociedade. **Informações contábeis individuais.** Nas informações contábeis individuais o investimento em controlada e coligadas está contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações contábeis individuais quanto nas informações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora. As políticas contábeis descritas a seguir têm sido apresentadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **b. Moeda estrangeira.** As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio de final de exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **c. Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os depósitos e mútuos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais

contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os depósitos em conta reservada a serviço da dívida. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento ou perspectiva de realização superior a 12 meses após a data de emissão do balanço. Os empréstimos e recebíveis possuem pagamentos casuários que não são cotados no mercado ativo. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. **Passivos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Sociedade e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, financiamentos, debêntures, empréstimos e partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **d. Estoques - consolidado.** O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descostos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são vendidos ou aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido com o custo do período em que a respectiva receita é reconhecida, e **Investimento.** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. **f. Imobilizado.** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada, do crédito de PIS e COFINS e perdas na redução do valor recuperável, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses ativos sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. A Sociedade e suas controladas optaram por não reavaliar seus ativos imobilizados pelo custo atribuído na data de abertura do exercício de 2009, uma vez que seus ativos vinculados à geração de energia foram construídos e formados substancialmente no exercício de 2009 (declaração de entrada em operação comercial em junho de 2009), o qual reflete o valor justo. **Ativos arrendados.** Os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade da forma pretendida pelo arrendamento financeiro. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. **Reposição de ativos.** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no seu valor contábil de item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e a reposição de um componente de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação.** Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais das controladas são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As coligadas Termocabo e EPASA utilizam as taxas de acordo com a expectativa de vida útil para os bens. As controladas EPESA e ENORTE contrataram especialistas para avaliar a expectativa de vida útil remanescente dos grupos geradores e sistemas de transmissão. Com base nestes laudos de avaliação, considerando o tipo de cada equipamento e grau de utilização, a depreciação é calculada com base na expectativa de vida útil para os bens, conforme segue (em anos):

Descrição	ENORTE	EPESA
Máquinas e equipamentos - grupos geradores e sistema de tancagem	10	30
Máquinas e equipamentos - outros	10	10
Instalações elétricas	10	10
Móveis e utensílios	5	10
Equipamentos eletrônicos	5	5
Veículos	5	5
Construções	25	25

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no imobilizado pelo valor justo e avaliado a cada data de período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. **g. Diferido.** São mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas no valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de 10 anos e reconhecida no resultado. **h. Redução ao valor recuperável de ativos - impairment.** Seus valores (incluindo o custo de aquisição e o custo de recuperação) são avaliados pelo valor justo e o custo de recuperação é reconhecido quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro reconhecido em uma transação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a insolvência ou o fato de o devedor não ter pago o valor devido à Sociedade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Sociedade considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. **Ativos não financeiros.** Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimado, no valor provável de recuperação de um ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seus valores de recuperação revisados pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível recuperação com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou circunstâncias. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo. O custo de recuperação é reconhecido quando determinado como sendo o maior valor entre (i) o valor de venda estimado dos ativos, menos os custos estimados para venda e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. **i. Provisões.** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa anua de impostos que relete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos do passivo. **j. Receita.** As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos são reconhecidos quando as receitas são reconhecidas/controladas, e os descontos sobre vendas quando controladas. As receitas são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em resposta a uma transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Sociedade; e (iv) os riscos e

**NOTA 10 - INVESTIMENTOS**

Histórico	ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL		THOMAS E CANTARELLI LTDA		SUAPE MINERAÇÃO LTDA		ANTARES SERVICOS E PARTICIPAÇÕES LTDA		VIGUS ENGENHARIA LTDA		Total
	BRASIL S.A. - EBRASIL	LTDA	BRASIL S.A. - EBRASIL	LTDA	BRASIL S.A. - EBRASIL	LTDA	BRASIL S.A. - EBRASIL	LTDA	BRASIL S.A. - EBRASIL	LTDA	
Quantidade de ações ou cotas que compõem o capital	39.590.172	100.000	39.590.172	100.000	39.590.172	100.000	39.590.172	100.000	39.590.172	100.000	-
Qualidade de ações na investida	100%	70%	100%	70%	100%	70%	100%	70%	100%	70%	-
% de participação	100%	70%	100%	70%	100						

Participação	Consolidado 31/12/2011						
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo líquido
DC Energia	59.932	485.655	545.587	84.837	192.754	277.591	267.966
Eliminações	-	(140.804)	(140.804)	(2.236)	(9.599)	(11.835)	(128.969)
	59.932	344.851	404.713	82.601	183.155	265.756	139.027
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	(7.476)
Total	59.932	344.851	404.783	82.601	183.155	265.756	131.551

## NOTA 11 - IMOBILIZADO

Taxas anuais de depreciação (%)	2012			2011			
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total	
Máquinas e equipamentos	3,33 a 10	150.104	(27.150)	122.954	149.373	(18.345)	131.028
Construções	4	53.981	(6.580)	47.401	53.981	(4.421)	49.560
Instalações industriais	10	35.864	(11.373)	24.491	35.903	(7.957)	27.946
Móveis e utensílios	10	1.294	(497)	797	1.244	(370)	874
Equipamentos eletrônicos	20	2.782	(302)	2.480	182	(59)	123
Veículos	20	1.340	(950)	390	1.340	(711)	629
Terrrenos	-	1.058	0	1.058	-	-	1.058
Outros	-	893	0	893	-	-	2.741
Total	-	247.316	(46.852)	200.464	245.822	(31.863)	213.959

**Garantias.** Os equipamentos das usinas da EPESA e ENORTE estão servindo como garantia aos financiamentos e debêntures obtidos para as suas construções. Em setembro de 2012 os bens da ENORTE foram liberados tendo em vista a liquidação antecipada dos financiamentos. **Recuperação do valor residual dos ativos.** Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia (até 31 de dezembro de 2023), as alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos, que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, auto-geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza, etc. Com base em sua melhor estimativa, a Sociedade realizou análise de imparidade do seu ativo imobilizado e ativo diferido com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual refletiu o custo médio de oportunidade da Sociedade, gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras.

## NOTA 12 - INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2012	2011
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA	4.981	4.981
Antares Serviços e Participações Ltda	410	410
Vigus Engenharia Ltda	2.115	2.115
Ebrasil Energia Ltda	180	180
Total	7.686	7.686

Refere-se ao ágio (goodwill) com fundamento na geração de lucros futuros pagos na aquisição de investimentos - participações em controladas. O ágio relativo à EPESA refere-se à aquisição de participação que estava em poder da Auraná Energia S.A. (nota 17), ocasionando aumento de participação na controlada.

## NOTA 13 - DIFERIDO

	Consolidado	
	2012	2011
Gastos administrativos pré-operacionais	2.634	2.634
Gastos de elaboração do projeto	9.025	9.025
Gastos financeiros pré-operacionais	12.603	12.603
Custo	24.262	24.262
(-) Amortização acumulada	(8.353)	(6.022)
Custo líquido	15.909	18.240

O diferido está sendo amortizado em 10 anos, sendo apropriados aos resultados dos exercícios despesas com amortização acumulada de R\$ 8.353 em 2012 (R\$ 6.022 em 2011). A Sociedade decidiu pela manutenção do saldo de ativo diferido, conforme previsto na legislação vigente, até sua completa amortização.

## NOTA 14 - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fiança	-	-	886	886
Areva (i)	-	-	7.580	7.580
Transmissoras (ii)	-	-	1.198	1.064
Distribuidoras de combustíveis (iii)	-	-	228.983	-
Outros	22	18	10.531	5.753
Total	22	18	249.178	15.283

(i) Em 16 de novembro de 2007, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço a Benco contratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão, com faturamento para EPESA. A Areva emite notas fiscais de R\$ 7.580, relacionadas à subcontratação, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA devido ao fato da Sociedade ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso da entrada em operação comercial das usinas. Parte do valor está depositada em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador. (ii) Tarifa paga mensalmente para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados ("TUST"). (iii) Refere-se à aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS desde 27 de outubro de 2012.

## NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado	
	2012	2011
Capital de Giro	19.959	9.459
CCB - Cédula de Crédito Bancário	-	6.708
FINIMP - Financiamento (SWAP)	-	13.277
Arendamentos Financeiros	-	90
Total	19.959	29.534
Passivo circulante	19.959	28.894
Passivo não circulante	-	640

Os financiamentos são com um banco de primeira linha, sendo a sua composição: **ENORTE.** No caso dos financiamentos bancários, além do aval dos acionistas foram oferecidos em garantia (i) alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Empresa; (ii) alienação fiduciária de 100% das ações de suas controladoras EBRASIL e DC Energia e Participações S.A.; (iii) alienação fiduciária de 24% das ações da empresa ligada Termocabo que são detidas pela EBRASIL; (iv) dividendos e/ou juros sobre o capital próprio das coligadas Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA e Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA; (v) cessão dos direitos, inclusive creditórios, do contrato com a Amazonas Energia; e (vi) alienação fiduciária dos equipamentos da usina. Os financiamentos foram liquidados antecipadamente em setembro de 2012. **EPESA.** Os contratos de empréstimos para capital de giro da EPESA vinham sendo renovados a cada vencimento utilizando o limite de crédito da Sociedade. Em 10 de fevereiro de 2011 os empréstimos foram renegociados em sua totalidade, alongando os prazos e aumentando a alavancagem financeira. A operação foi realizada visando a não incidência de IOF na época da contratação, sendo em US dólar com swap para CDI. O valor dos empréstimos, após conversão, totaliza R\$ 11.600 e o custo final CDI + 4,55% a.a. O prazo de amortização é 18 meses com seis meses de carência, com aval do controlador. No primeiro trimestre de 2013, os financiamentos foram totalmente liquidados.

## NOTA 16 - DEBÊNTURES

	Consolidado	
	2012	2011
Principal	164.000	177.230
Juros	1.812	2.051
	165.812	179.281
Circulante	14.889	18.492
Não circulante	150.923	160.789

**Consolidado.** Em 1º de setembro de 2011, a Controlada Ebrasil emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$ 15.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas. As debêntures fazem jus aos juros correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI Over Extra Grupo, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 3,25% ao ano, com base em 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro-rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Os juros remuneratórios serão pagos em 6 (seis) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira devida em 1º de março de 2012 e a última em 1º de setembro de 2014. As debêntures serão amortizadas em 3 (três) parcelas semestrais e consecutivas, sendo o pagamento da primeira parcela devida em 1º de setembro de 2013 e a última em 1º de setembro de 2014. As debêntures são da espécie quirografária e contam adicionalmente com garantia real e fidejussória, representadas respectivamente por (i) Cessão Fiduciária de Direitos incorrentes a participação societária da Sociedade nas controladas e coligadas EPESA, EPASA e Termocabo, quais sejam dividendos, lucros, juros sob capital próprio e outras distribuições em valores. Tais créditos serão mantidos em conta vinculada, mantendo a próxima parcela de juros e/ou principal retidos e aplicados sob acompanhamento do Agente Fiduciário, somente realizando a liberação de tais créditos para a conta de movimentação após verificado o regular cumprimento das obrigações garantidas; e (ii) fiança prestada pelos controladores. A Sociedade também se compromete a não assumir dívidas no balanço superior a R\$ 25.000 no encerramento de cada exercício social. Em 22 de janeiro de 2009, a EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a. As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	2012	2011
2013	13.154	13.154
2014	13.154	13.154
2015	13.154	13.154
2016 em diante	111.461	121.327
	150.923	160.789

A EPESA e seus acionistas ofereceram no instrumento particular de escritura da emissão das debên-

Participação	Consolidado 31/12/2011						
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo líquido
DC Energia	59.932	485.655	545.587	84.837	192.754	277.591	267.966
Eliminações	-	(140.804)	(140.804)	(2.236)	(9.599)	(11.835)	(128.969)
	59.932	344.851	404.713	82.601	183.155	265.756	139.027
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	(7.476)
Total	59.932	344.851	404.783	82.601	183.155	265.756	131.551

Taxas anuais de depreciação (%)	2012			2011			
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total	
Máquinas e equipamentos	3,33 a 10	150.104	(27.150)	122.954	149.373	(18.345)	131.028
Construções	4	53.981	(6.580)	47.401	53.981	(4.421)	49.560
Instalações industriais	10	35.864	(11.373)	24.491	35.903	(7.957)	27.946
Móveis e utensílios	10	1.294	(497)	797	1.244	(370)	874
Equipamentos eletrônicos	20	2.782	(302)	2.480	182	(59)	123
Veículos	20	1.340	(950)	390	1.340	(711)	629
Terrrenos	-	1.058	0	1.058	-	-	1.058
Outros	-	893	0	893	-	-	2.741
Total	-	247.316	(46.852)	200.464	245.822	(31.863)	213.959

Os equipamentos das usinas da EPESA e ENORTE estão servindo como garantia aos financiamentos e debêntures obtidos para as suas construções. Em setembro de 2012 os bens da ENORTE foram liberados tendo em vista a liquidação antecipada dos financiamentos. **Recuperação do valor residual dos ativos.** Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia (até 31 de dezembro de 2023), as alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos, que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, auto-geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza, etc. Com base em sua melhor estimativa, a Sociedade realizou análise de imparidade do seu ativo imobilizado e ativo diferido com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual refletiu o custo médio de oportunidade da Sociedade, gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras.

## NOTA 17 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
PIS/COFINS e ISS sobre receita	14	14	705	401
Retenções de terceiros	-	-	151	34
IRPJ e CSLL a recolher	25	25	19.542	10.855
IRRF a recolher	48	48	1.100	1.260
IOF a recolher	49	49	101	51
Outros	62	8	901	1.231
Impostos Federais parcelados	-	-	4.235	5.399
Total	198	144	26.735	19.231
Circulante	198	144	22.768	14.149
Não circulante	-	-	3.947	5.082

## NOTA 18 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS

	Consolidado	
	2012	2011
Provisão para riscos do Setor de energia	7.544	12.861
Total	7.544	12.861

**EPESA.** Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 310 de 29 de abril de 2008 o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam que operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram que ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis. A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro, respectivamente. Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas estão sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de agosto) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subsequentes. De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia de uma usina tão nova quanto a sua visando extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração fazendo uma estimativa mais realista, considerando a penalidade conhecida do ano de 2011 no valor de R\$ 3.435, efetuou adicionalmente uma provisão de R\$ 3.476 para a indisponibilidade verificada no ano de 2012. Considerando um risco máximo em 2011 a sociedade registrou deforma conservadora uma provisão para contingências de penalidades no valor de 12.861 em 31 de dezembro de 2011. Contudo, em 31 de dezembro de 2012 considerando um melhor julgamento das penalidades sobre as indisponibilidades ocorridas em 2011 e 2012 parte dessa provisão foi revertida permanecendo em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 7.544 com efeito de caixa para os próximos 60 meses a partir de janeiro de 2013.

## NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito e integralizado era representado por ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). Em assembleia geral extraordinária realizada em 31 de agosto de 2011, os acionistas da DC Energia e Participações S.A. aprovaram a proposta da diretoria objetivando a concentração das controladas e coligadas do setor de energia em uma holding específica denominada Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL, cujo acionista é a própria DC Energia. Esta reorganização societária teve como objetivo maior eficácia e sinergia nos procedimentos de gestão e controle, adoção de boas práticas de governança corporativa, uniformidade nas funcionalidades do sistema integrado, informações mais rápidas ao órgão regulador e maior transparência ao mercado de capitais. A reestruturação societária foi conduzida através da subscrição das ações da Sociedade pela EBRASIL, permanecendo a DC Energia como acionista controladora em última instância, amparada por laudo de avaliação cujos valores refletem os saldos contábeis à época. **Reserva legal e distribuição de lucros.** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, uma vez constituída a Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos. Em 31 de dezembro de 2011 em atendimento a Lei das S.A., a Sociedade compensou parte do lucro líquido do exercício com saldo de prejuízos acumulados de anos anteriores, e com o saldo remanescente foram feitas as demais destinações do lucro líquido na forma da Lei, incluindo a provisão de dividendo mínimo obrigatório de 25%. **AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.** Conforme os termos do instrumento societário do AFAC a sua classificação como instrumento patrimonial é apropriada considerando: (i) a sua conversão é irrevogável e irretirável; (ii) está dependendo de um acordo entre os sócios; (iii) o adiantamento é em Reais sem correção; e (iv) a quantidade de ações é pré-fixada considerando o preço de conversão de R\$1,00.

## NOTA 20 - RECEITA

	Consolidado	
	2012	2011
Receita líquida de Vendas	428.013	60.838
Outras receitas operacionais	5.472	3.160
Receitas financeiras	4.220	5.310
Total de receitas	437.705	69.308

**ENORTE.** A receita da controlada ENORTE possui um componente fixo aluguel dos equipamentos e um componente variável prestação de serviço de operação e manutenção quando da geração de energia. A receita fixa está considerando a entrada em operação a partir de 16 de novembro de 2010 pela potência disponibilizada de 13 MW e 28MW em dezembro de 2010. As receitas de prestações de serviços, geralmente são faturadas no mês subsequente em que o serviço foi efetivamente prestado, devido a medição e homologação por parte do tomador dos serviços. Desta forma estas receitas e seus impostos, são contabilizados como "a faturar" no mês de competência da geração de energia. **EPESA.** A receita fixa é atualizada na data base do reajuste tarifário respeitando o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade, conforme contrato - CCEAR. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente a declaração de inflexibilidade. Não cabe parcela variável às usinas que não são despachadas pela ONS. No caso de eventuais despachos, a margem do resultado é positiva em função da isenção de ICMS - ST sobre a aquisição de óleo diesel para gerar energia elétrica. A Sociedade goza de incentivo fiscal do ICMS - ST na aquisição de óleo diesel para geração de energia elétrica (Decreto 36.409 que alterou o RICMS do Estado de Pernambuco). O aumento da receita de energia foi decorrente da geração plena e contínua desde 00H00 de 27 de outubro de 2012, conforme despacho do ONS, totalizando uma receita variável de R\$ 356.981 no exercício de 2012.

## NOTA 21 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	2012	2011
Óleo Diesel	(282.362)	(2.161)
TUST	(10.901)	-
Depreciação	(16.763)	(3.601)
Amortização do diferido	(2.332)	-
Recomposição do sistema	(3.393)	-
Mão de obra direta	(6.923)	-
Serviços e outros	(12.950)	(16.245)
	(335.624)	(22.007)

**EPESA.** A Sociedade precisou adquirir óleo diesel para cumprir o despacho contínuo do ONS desde 27 de outubro de 2012. Com os testes de disponibilidade da ANEEL de setembro e outubro de 2011 (Nota Explicativa nº 1). O principal custo recorrente refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do

despacho energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas. A compra de energia para reposição da venda acima da garantia física refere-se ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5kV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Estas perdas são o somatório das perdas internas e do SIN e estão sendo compensadas com a aquisição de contratos bilaterais de energia.

## NOTA 22 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	2012	2011
Serviços contratados	4.884	443
Pessoal administrativo	1.987	463
Processos trabalhistas	96	96
Impostos e taxas	327	53
Depreciação	390	139
Despesas de viagens	4.705	-
Outros	3.201	100
	15.590	1.294